

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 05.238.054/0001-03
Belo Horizonte - MG

**Cemig Comercializadora
de Energia Incentivada S.A.**



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

Senhores Acionistas,

Estamos apresentando, de acordo com a determinação legal, as Demonstrações Financeiras da Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. ("Companhia") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2014 era de R\$5.001 mil, dividido em 5.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade da CEMIG ("controladora").

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia obteve um Resultado de R\$380 mil em 2014, em comparação a R\$264 mil em 2013, um crescimento de 43,94%.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de reais)

	Nota	ATIVO	
		2014	2013
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa.....	3	6.404	6.183
TOTAL DO CIRCULANTE		6.404	6.183
ATIVO TOTAL		6.404	6.183

Recarga Operacional

A receita auferida na Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. foi decorrente da receita financeira de aplicações e variação monetária do contrato de mútuo.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia apurou o montante de R\$211 mil em 2014, referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício de 2014, representando 35,70% do lucro antes da tributação. Em 2013, a Companhia apurou o montante de R\$159 mil, referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social no exercício de 2013, representando 37,59% do lucro antes da tributação.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em até 30 de abril de 2015, que ao Resultado do exercício de 2014, no montante de R\$380 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$19 mil, correspondente a 5% do Resultado do exercício, seja utilizado na constituição da Reserva Legal com base no Estatuto Social e Lei das Sociedades por Ações;
- R\$ 91 mil referentes a dividendo mínimo obrigatório; e
- R\$270 mil seja distribuído aos acionistas inscritos no Livro de Registro de Ações até 31 de dezembro de 2015, a título de dividendos.

AGRADECIMENTOS

A Administração da Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. manifesta seu agradecimento ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio recebidos durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais e à Diretoria.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva de Legal	Retenção de lucro		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	5.001	734	266	-	6.001
Aprovação de Dividendo					
Adicional Proposto (R\$ 0,05 por ação).....	-	-	(266)	-	(266)
Resultado do Exercício.....	-	-	-	264	264
Destinação do lucro proposta à AGO:					
Constituição de Reserva Legal ..	-	13	-	(13)	-
Dividendos Adicionais	-	-	188	(188)	-
Propostos (R\$0,04 por ação) ..	-	-	-	-	-
Dividendos Mínimos	-	-	-	(63)	(63)
Obrigatórios (R\$ 0,01 por ação)....	-	-	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	5.001	747	188	-	5.936
Aprovação de Dividendo					
Adicional Proposto (R\$ 0,04 por ação).....	-	-	(188)	-	(188)
Resultado do Exercício.....	-	-	-	380	380
Destinação do lucro proposta à AGO:					
Constituição de Reserva Legal ..	-	19	-	(19)	-
Dividendos Adicionais	-	-	270	(270)	-
Propostos (R\$0,05 por ação) ..	-	-	-	-	-
Dividendos Mínimos	-	-	-	(91)	(91)
Obrigatórios (R\$ 0,02 por ação) ...	-	-	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	5.001	766	270	-	6.037

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2014	2013
DESPESA OPERACIONAL	7		
Serviços de Terceiros.....		(27)	(36)
Arrendamentos e Aluguéis.....		(16)	(16)
Tributos, Taxas e Contribuição.....		(7)	(3)
		(50)	(55)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(50)	(55)
Receita Financeira.....	8	641	478
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		591	423
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes...	9	(86)	(112)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos...	9	(125)	(47)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		380	264
RESULTADO POR AÇÃO (BÁSICO E DILUÍDO) R\$		0,08	0,05

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)

	2014	2013
RESULTADO DO EXERCÍCIO	380	264
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	380	264

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais)

	2014	2013
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício.....	380	264
Imposto de Renda e Contribuição Social.....	211	159
	591	423
(Redução) Aumento de Passivos		
Fornecedor.....	17	16
	17	16
CAIXA GERADO PELAS OPERACIONAIS	608	439
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(136)	(89)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	472	350
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos Pagos.....	(251)	(355)
CAIXA LÍQUIDO USADO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(251)	(355)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	221	(5)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício.....	6.183	6.188
No fim do exercício.....	6.404	6.183
	221	(5)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E 2013 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado anteriormente denominada UTE Cogeração, foi constituída em 08 de julho de 2002, domiciliada no Brasil.

Os objetivos sociais previstos no Estatuto Social da Companhia são os seguintes:

Prospectar, junto ao mercado, clientes livres, especiais, potencialmente livres e potencialmente especiais, responsáveis por unidade consumidora ou unidades consumidoras reunidas por conjunto de interesses de fato ou de direito, cuja carga seja maior ou igual a 500 kW ou que satisfaçam, individualmente, os requisitos dispostos nos artigos 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, interessados em adquirir energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração de fonte convencional ou aqueles enquadrados no § 5º do artigo 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e de qualquer agente autorizado a comercializar energia elétrica proveniente de fontes convencionais e/ou incentivadas, para:

- desenvolver, junto ao mercado, soluções específicas de energia elétrica que atendam às particularidades de consumo dos clientes livres, especiais, potencialmente livres e potencialmente especiais;
- prestar serviços de corretagem entre compradores e vendedores de energia elétrica proveniente de fontes convencionais e/ou incentivadas;
- prestar serviços de consultoria e assessoria técnica relacionados à comercialização de energia elétrica;
- desenvolver produtos físicos e financeiros relacionados à energia elétrica que atendam às necessidades específicas dos agentes do mercado;
- representar agentes de mercado junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE para os processos de adesão, modelagem, registro e de medição.

A Companhia não teve operações nos anos de 2014 e 2013.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP"), compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). Em 24 de abril de 2015, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

2.2. Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de preparação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 9 – Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido.

2.5. Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014 com possíveis impactos para a Companhia

ICPC 19 / IFRIC 21 - Tributos – orienta sobre quando reconhecer um passivo para uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o CPC 25 / IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e aqueles nos quais os valores e o período da taxa são claros.

CPC 01 / IAS 36 – Impairment de ativos – adiciona orientações sobre a divulgação de valores recuperáveis de ativos não financeiros. As alterações do IAS 36/CPC 01 (R1) retiram os requerimentos de divulgar o montante recuperável de uma unidade geradora de caixa para a qual o ágio de expectativa de rentabilidade futura (goodwill) ou outro ativo intangível com vida útil indefinida tenha sido alocado quando não tenha ocorrido redução ao valor recuperável de um ativo ou reversão de redução ao valor recuperável relacionado a essa unidade geradora de caixa. Adicionalmente, esses ajustes introduziram divulgações adicionais aplicáveis para quando o valor recuperável de um ativo ou uma unidade geradora de caixa é mensurado pelo valor justo menos custos de alienação. Esses novos requerimentos de divulgação incluem a hierarquia do valor justo, as premissas chave e técnicas de valorização utilizadas, que estão em linha com as divulgações requeridas pela IFRS 13/CPC 46 – Mensuração do Valor Justo.

Alterações ao IAS 32/CPC 39 – Apresentação de Instrumentos Financeiros Ativos e Passivos Líquidos – Os ajustes do IAS 32 esclarecem os requerimentos relacionados à compensação de ativos financeiros com passivos financeiros. Especificamente, a emenda clarifica o significado de "direito legalmente executável para liquidar pelo montante líquido" e "realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente".

Orientação Técnica OCPC 07 e Deliberação CVM 727 – evidenciam na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral. Esta orientação trata dos requisitos básicos de elaboração e evidência a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral. Visa esclarecer e reforçar que, nas Demonstrações Financeiras e nas respectivas notas explicativas, sejam divulgadas apenas informações relevantes que auxiliem os usuários, considerando as normatizações já existentes, sem que os requerimentos mínimos existentes em cada Pronunciamento Contábil emitido pelo CPC deixem de ser atendidos.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas com possíveis impactos para a Companhia

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - A IFRS 9 emitida em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 foi alterada em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 foi emitida em julho de 2014 e incluiu, principalmente a) requerimentos de impairment para ativos financeiros e b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" para alguns instrumentos de dívida simples.

O efeito mais significativo da IFRS 9 relacionado à classificação e mensuração de passivos financeiros refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Especificamente, de acordo com a IFRS 9, com relação aos passivos financeiros reconhecidos ao valor justo através do resultado, o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em "Outros resultados abrangentes", a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em "Outros resultados abrangentes" resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado. Anteriormente, de acordo com a IAS 39 e o CPC 38, o valor total da variação no valor justo do passivo financeiro reconhecido ao valor justo através do resultado era reconhecido no resultado.

Em relação ao impairment de ativos financeiros, a IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38. O modelo de expectativa de perda no crédito requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em créditos e modificações nessas expectativas a cada data de reporte para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

Na data destas Demonstrações Financeiras não são esperados impactos relevantes na adoção destas normatizações.

2.6. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras.

a) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos – a Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual